

# A política educacional no dito e no feito

Educacão

Com a carreira dedicada à educação, a pedagoga Regina Vinhaes Gracindo, da Faculdade de Educação da UnB, escolheu um tema inédito na defesa de sua tese de doutorado em Administração Escolar na USP:

*A Concepção de Educação dos Partidos Políticos*, enfocando o ensino fundamental, onde ela analisou a atuação dos partidos na elaboração das políticas educacionais. Para a professora Stella dos Cherubins, que acompanhou a defesa da tese de Regina Vinhaes, o aspecto mais interessante é o fato de a análise ter sido feita fora da rotina do clima meramente pedagógico. “Nesse momento de reorganização da vida nacional, é importante ver a situação educacional sob o clima político”, diz a ex-secretária de Educação do Distrito Federal.

Regina Vinhaes contou à repórter Genoveva Ruisdias que analisou a ideologia que os partidos têm sobre o ensino fundamental em três momentos de ação: no escrito (documentos oficiais), no dito (discurso dos representantes) e no feito (emendas à proposta da Lei de Diretrizes e Bases), todos relacionados aos três eixos fundamentais no delineamento de políticas educacionais: o público e o privado na educação, a redemocratização e a qualidade do ensino. Ela, que não tem filiação partidária, observou uma enorme incongruência interna dos partidos na prática de suas ações, o que mostra a grande fragilidade dos partidos políticos brasileiros. “O PSDB, através do deputado Arthur da Távola, teve uma postura avançada com relação a temas educacionais”, observou

Quais são as causas do fracasso do ensino público?

Regina — Para falar do fracasso educacional, teríamos de fazer uma análise muito ampla, pois temos consciência de que existem variáveis muito fortes internas na escola que, de alguma forma, condicionam ao fracasso. Isso está muito claro na cabeça do educador brasileiro de hoje. Mas, apenas esses indicadores não são suficientes para explicar o fracasso. Ele extrapola as paredes da sala de aula. A tal ponto, que a gente identifica a política educacional como possivelmente a variável que tem a maior força na determinação desse fracasso escolar.

Quais são os problemas que podem ser resolvidos dentro da própria escola?

Regina — Há estudos profundos e interessantes que mostram que a questão da formação do professor é um ponto bastante frágil nas escolas brasileiras e isso se deve à valorização do profissional. O professor, hoje em dia, não é valorizado, a ponto de se identificar, no Brasil, pessoas que ganham menos que o salário mínimo como profissionais da educação. Isso é um condicionante da não possibilidade de termos um quadro profissional que desejarmos. As pessoas fogem do magistério pela impossibilidade total de sobrevivência com o salário que o professor recebe. Existem outras questões ligadas ao currículo e suas adequações à clientela que está na escola. Outro problema também bastante grave é da política educacional, a questão dos recursos. E quem define esses recursos não é a escola.

Qual foi a motivação do seu trabalho?

Regina — A motivação foi exatamente a questão da política educacional. Quem define a política educacional ao meu ver é o partido político, em pelo menos dois níveis. Em nível legislativo, do federal ao municipal, eles definem as leis de ensino. Ao definirem as leis, eles estão definindo política. Quando eles chegam ao Executivo, como ministros, governadores ou prefeitos, eles definem a política também ao elaborarem o plano de ação do governo, onde a questão educacional está inserida. Então, eu peguei a questão dos partidos políticos por identificar que não podemos deixar de falar em partido político quando se está tratando da política educacional. Eles, de fato, são os definidores.

Quais foram os caminhos escolhidos no seu trabalho no trato desta questão política?

Regina — O caminho que escolhi foi o de fazer uma análise de congruência entre o dito, o escrito e o feito dos partidos políticos. E em quais dimensões? O escrito são os documentos doutrinários, como o partido se posiciona doutrinariamente em relação à educação. O que eu estou chamando de dito são as entrevistas que fiz com representantes dos partidos, através de indicações feitas pelos próprios partidos. E o feito são, na verdade, as mil 263 emendas que os partidos políticos apresentaram, em plenário, para a Lei de Diretrizes e Bases da educação. Possivelmente esse feito tenha sido a maior força explicativa do meu trabalho, porque é o que está mais próximo do concreto.

Com quantos partidos a senhora trabalhou?

Regina — Com todos que têm assento no Congresso Nacional. Na época da coleta dos dados, de 1990 a 1991, eram 18 partidos. E entre os entrevistados conversei com alguns bem conhecidos como a deputada Sandra Cavalcanti, representando o PFL; o deputado Fábio Rauhheit, pelo PTB; e a deputada Eurides Brito, pelo PTR, e hoje, secretária de Educação do DF; o senador Darcy Ribeiro, pelo PDT; o deputado Álvaro Valle, pelo PL; o deputado Arthur da Távola, pelo PSDB; o deputado Roberto Freire, pelo PPS; o deputado Florestan Fernandes, pelo PT e a deputada Maria Luiza Fontenelle, pelo PSB, na época, e hoje sem partido.

O que a senhora conseguiu observar sobre o que pensam os partidos políticos a respeito do ensino fundamental público?

Regina — Se analisarmos os partidos políticos brasileiros em relação a outros existentes no mundo, até mesmo na América Latina, percebemos que eles são

**“O professor é um ponto bastante frágil nas escolas brasileiras, no que diz respeito à sua formação. Ele não é valorizado e isto é um condicionante para a formação de um quadro profissional desejável”**

muitos singulares e têm uma característica própria: sofrem a influência do Estado na sua construção, destruição ou consolidação. Outra variável importante é a participação popular. Devido a essa singularidade, percebi que ao invés de trabalhar com cada um dos partidos, seria mais interessante trabalhar com grupos de partidos com ideologias semelhantes. A partir daí, criei uma tipologia dos partidos brasileiros, que é uma tipologia não ortodoxa, flexível, provisória, construída especificamente para o meu trabalho.

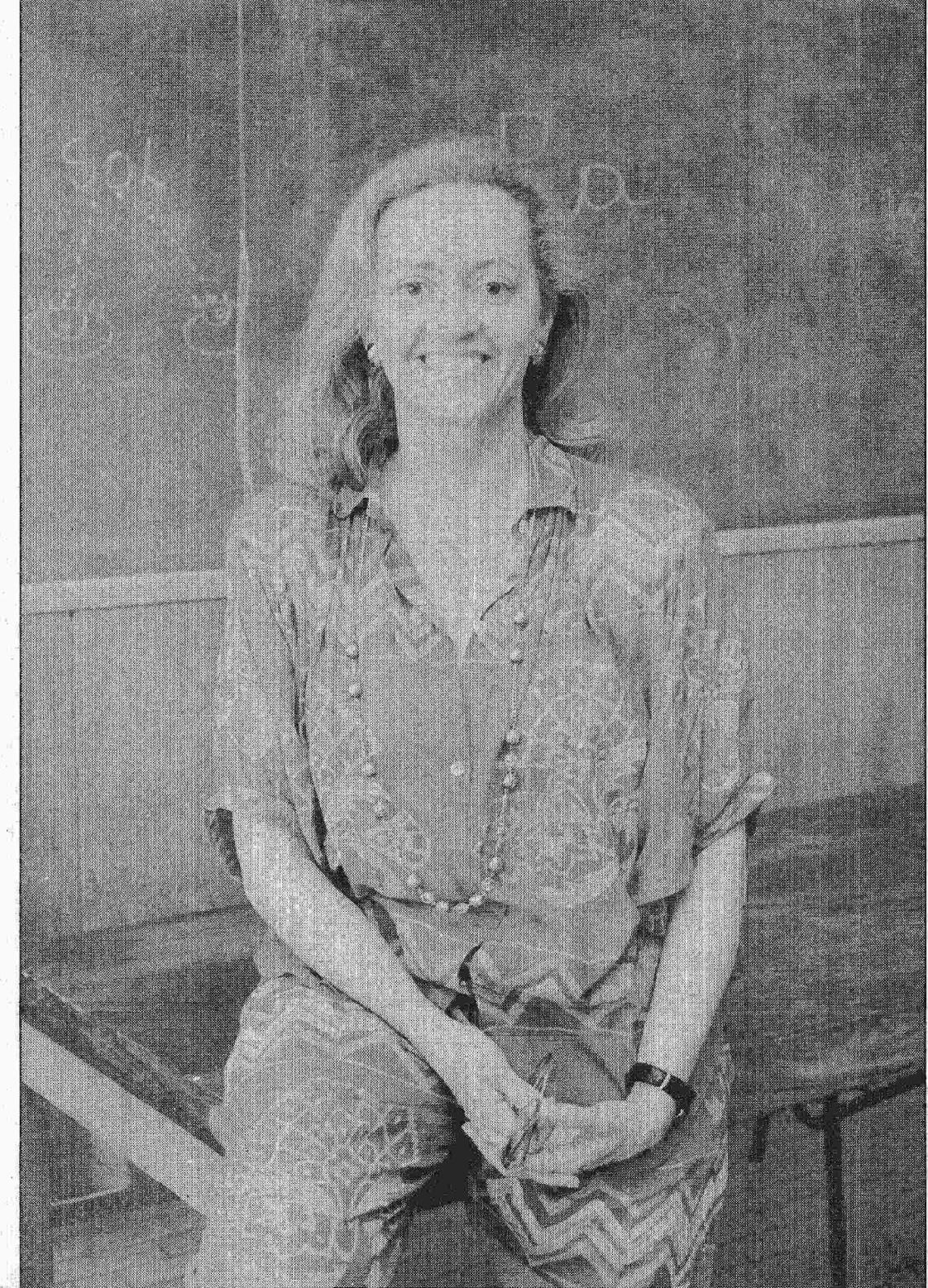
E como é esta classificação?

Regina — Nessa classificação, digo que temos três grupos de partidos. Chamo de *invariantes* os partidos que têm uma concepção de capitalismo e de democracia muito própria; o segundo grupo que chamo de *mudancista* avança com relação ao capitalismo selvagem, querem uma democracia menos restrita, mas mantêm ainda a estrutura da realidade vigente. E o grupo que eu chamo de *transformadores*, pretendem transformações estruturais na sociedade brasileira em relação ao sistema de governo, ao modelo de Estado e sociedade, em relação à questão democrática e à questão econômica, que não veja o capitalismo como ponto de referência, mas talvez busquem a construção ou de um outro capitalismo ou um resgate do socialismo.

E como cada partido se insere dentro dessa classificação?

Regina — Chamo de *invariantes* o Partido Democrata Cristão, PDC; o Partido Democrata Social, PDS; o Partido da Frente Liberal, PFL; o Partido da Reconstrução Nacional, PRN; o Partido Social Cristão, PSC; o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB; e o Partido Trabalhista Renovador, PTR. Eles mantêm em sua doutrina aquele capitalismo expropriador e concentrador de renda. A democracia expressada por esses

ZULEICA DE SOUZA



Regina Vinhaes Gracindo: tese de doutorado em Administração Escolar com ênfase nos políticos

partidos é excludente e, dentro da questão educacional, verifica-se isso com facilidade ao limitarem a obrigatoriedade do ensino a uma faixa de idade, como se cidadão não fosse todos os brasileiros.

E o segundo grupo de partidos?

Regina — Nesse grupo dos mudancistas temos o Partido Democrático Trabalhista, PDT; o Partido Liberal, PL; o Partido Movimento Democrático Brasileiro, PMDB; o Partido das Reformas Sociais, que não existe mais; o Partido Social da Democracia Brasileira, PSDB e o Partido Social Trabalhista, que também não mais existe, fundiu-se com o PTR e o PP. Esse grupo propõe em seus programas mudanças de estratégias capitalistas, aproximam-se de um capitalismo menos expropriador, de uma democracia menos excludente, talvez uma democracia mais de classe média, dentro da concepção feita pelo professor Hélio Jaquaribe. Tem encaminhamentos interessantes, mas não mudanças estruturais na sociedade.

E o terceiro grupo?

Regina — Os transformadores são cinco partidos: o Partido Comunista do Brasil, o PC do B; o Partido Popular Socialista, PPS; o Partido Socialista Brasileiro, PSB; o Partido dos Trabalhadores, PT e o Partido Verde, PV. Esse grupo de transformadores tem nuances diferentes das doutrinas marxistas. O modelo de Estado seria o marxismo, a doutrina socialista. Depois da queda do Muro de Berlim e da extinção da União Soviética, o mundo socialista está tomando um novo fôlego e novos encaminhamentos estão sendo construídos. A gente identifica no grupo essa procura de novos caminhos na construção de um socialismo democrático.

E qual é a concepção desses grupos partidários no encaminhamento das questões pedagógicas?

Regina — As questões educacionais brasileiras são muitas e eu optei por três eixos de análise: o público e o privado na educação, a democratização do ensino e a qualidade do ensino. Esses três eixos formam o tripé básico para a construção de uma política educacional. Na época da Constituinte em 1987, eu ficava boquiaberta dentro do Congresso Nacional, porque tinha a impressão de que a bandeira do público, do democrático e da qualidade era de todos os partidos. Só que na verdade as nuances de cada grupo de partido são diferentes e se vê diferenças significativas entre essas posturas.

Como a sra. conduziu esses grupos de partidos em relação à concepção de público privado e qualidade do ensino fundamental?

Regina — A partir da identificação do papel do Estado, consegue-se a ver a diferença

da relação do público e o privado, depois, identifica-se qual o privilegiamento que o partido dá à escola pública ou à escola privada. E, depois, a gratuidade do ensino. Com relação ao primeiro eixo de análise, dentro do público e do privado, pode-se identificar três grupos, onde os partidos ficam mesclados. Um grupo que entende que o papel do Estado é o de responsável pela oferta do ensino fundamental em todos os níveis; um segundo grupo que entende que o papel do Estado é apenas de financiador e quem vai definir a política são os sistemas de ensino; e, um terceiro grupo que entende que o Estado deve ser o suplementador de carências, uma atitude nitidamente liberal. Quanto ao papel do Estado, encontra-se as três posturas mencionadas no grupo dos *invariantes*. O PDC e o PTB optam pela postura de financiador, o PDS e o PSC identificam o papel de responsável no escrito e no dito e no feito, eles se dividem. O PFL, PTR e o PRN, apesar de no dito e no escrito, identificarem o papel do Estado como responsável, nas suas ações concretas restringem as obrigações do Estado, limitando suas responsabilidades, até dividindo-as com a família. O grupo dos *mudancistas* tem duas opções: de responsável ou suplementador. Como responsável tem o PSDB, o PDT e o PMDB, que apresentam tanto no dito, no feito e no escrito essa postura. O Estado como suplementador aparece como PRS, o PL e o PSD. Já no grupo dos *transformadores*, só se identifica uma postura: a de responsável.

Na concepção dos partidos políticos, o que é democratização de ensino?

Regina — Primeiro quis identificar qual a concepção de democracia que os partidos políticos têm: você tem desde uma democracia mais excludente até uma democracia de massa. A partir daí, comecei a entender as idéias que eles têm sobre democratização do ensino. Num segundo momento, entrei na questão educacional e procurei identificar como é a questão de acesso à escola, um indicador da democratização do ensino. O terceiro ponto refere-se à administração educacional, como deve ser a escolha dos dirigentes escolares. O processo de escolha por si só não garante a democratização mas, sem dúvida, cria um instrumento. E aí, os partidos se colocaram de forma bastante interessante. E dentro da análise sobre administração democrática, como é que se comportam os partidos com relação aos órgãos colegiados. Outro subitem que também examinei foi a participação popular na administração da educação. E, finalmente, a liberdade que professores e alunos devem ter dentro dessa escola democrática.